



3ª REUNIÃO AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA (RAE)

ATA

FICHA

Local: Salão Nobre

Data: 07/11/2017, às 14h

A Reunião de Avaliação da Estratégia foi iniciada com a apresentação, pela assessora Rita Almeida, dos indicadores de cada área objetivando o acompanhamento dos mesmos, conforme informações enviadas. As áreas administrativas e o NUPEMEC receberam a sugestão de indicadores para validação e acompanhamento, conforme definido na RAE do dia 21 de junho de 2017. Antes da efetiva apresentação, a assessora Rita justificou as ausências dos seguintes setores: Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas (que disponibilizou previamente os dados), Assessoria de Imprensa e Comunicação, Secretaria de Infraestrutura o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC e do Secretário Geral que estavam numa reunião fora do Tribunal, acompanhando, sua Excelência, o Presidente. Os dados estatísticos conforme preceitua a Resolução CNJ nº 198/2014, foram apresentados pela Assessora Rita Almeida que por força do Ato nº 134/2016 exerce o acompanhamento e a coordenação das atividades do Núcleo de Processamento e Estatística. Iniciada a exposição, foram apresentados os dados relativos à Assessoria de Segurança Institucional, oportunidade em que foi observado que os indicadores apresentados estão satisfatórios com a realização do setor. Na sequência foram apresentados os dados relativos à Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas, oportunidade em foram considerados para efeito de apuração o número de visitas realizadas a sede deste Egrégio Tribunal. Foi observado pelos presentes da necessidade de se apresentar um indicador mais consistente para o setor, como por exemplo, o nível de satisfação dos presentes com a visita realizada. Na sequência foram informados os indicadores relacionados à Assessoria de Comunicação, contudo não foi possível apresentar os resultados porque não houve medição pela área. A Secretaria de Gestão de Pessoas foi a área seguinte, sendo que o primeiro indicador apresentado foi o grau de implantação do sistema ERP, sendo considerado para tal a meta “contratação do sistema”. Sobre este indicador os presentes opinaram que o mesmo não é tão apropriado porque o resultado não reflete a real situação em que se encontra a implantação do sistema no âmbito da Secretaria, haja vista os dados se referirem a uma ação mais

PRESENTES

1. Bruno Santos Campos
2. Carla Zambi Meirelles
3. Christine Rossi
4. Cintia Varejão Ribeiro
5. Luciana Merçon
6. Maria Elysa Gonçalves de Souza
7. Mariana Santos de Queiroz Araújo
8. Pedro Paulo Gondim Simmer
9. Renata Souza Santos
10. Rita de Cassia Barcellos Almeida
11. Silvia Oppenheimer Pitanga Borges
12. Wagner Marques



específica da área de Infraestrutura, que é a aquisição do sistema. Após a análise da Secretaria, ainda no âmbito de Gestão de Pessoas foram apresentados os dados relativos a Coordenadoria de Serviço Psicossocial. Os dados apresentados revelam uma situação muito específica em relação à saúde de magistrados e servidores, considerando o alto índice de afastamentos. Quanto ao indicador *Reduzir o número de atendimentos*, embora o mesmo se refira apenas ao Programa de Acompanhamento do Trabalhador, os dados apresentados relacionados ao ano de 2017 se referem a todos os servidores e magistrados atendidos na Coordenadoria. Desta forma os presentes sugeriram a adequação da informação para contemplar todos os servidores e magistrados atendidos. Ainda foi solicitada a informação da área se há o monitoramento de retorno dos atendimentos. A Coordenadora Silvia explicou que há um acompanhamento de retorno de alguns casos atendidos, contudo não há o indicador de retorno para a medicação desse acompanhamento. Após, foram apresentados os indicadores da área de Finanças. O indicador relacionado com a redução do retrabalho nos processos de reaplicação e reequilíbrio se apresentou abaixo da meta fixada, refletindo uma situação bastante desfavorável para o mesmo. O indicador relacionado com o índice de devolução dos processos de prestação de contas de penas pecuniárias apresentou resultados satisfatórios com a redução do número de devoluções. A Coordenadora de Execução Orçamentária, senhora Carla Zambi Meirelles disse que esta redução foi possível graças ao trabalho que se iniciou no âmbito da Secretaria de Finanças, buscando melhor diligenciar os processos afetados pelos indicadores. Tal situação foi decorrente da formalização de orientações às unidades judiciárias. Os presentes se manifestaram sugerindo a alteração dos nomes dos indicadores, objetivando melhor refletir a aferição, destacando, contudo que os indicadores estão perfeitamente adequados. Os demais indicadores escolhidos para a área de Finanças ainda não foram medidos. Na sequência foram apresentados os indicadores relacionados com a área de Engenharia. Neste particular, importante destacar que o indicador da área, conforme preconizado pelo Conselho Nacional e Justiça se refere ao **Índice de Satisfação com as instalações Físicas**. Neste sentido foi esclarecido pela assessora Rita Almeida que a apresentação do indicador dependeria de uma prévia pesquisa de opinião para sua aferição. Considerando que tal assertiva ainda não é possível, pois estão em curso uma série de ações relacionadas com a adequação, reformas e obras das instalações de unidades judiciárias, neste momento foram apresentados os indicadores de realização das atividades. A servidora Renata de Souza Santos alertou a necessidade de se criar indicador que apresente a quantidade de imóveis (alugados ou próprios) do judiciário capixaba que sejam acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme as normas



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PRESIDÊNCIA**

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA.

de acessibilidade, a fim de se identificar o quantitativo de imóveis que precisam se adequar e atender a essas normas. A servidora ressaltou que o atendimento aos critérios de acessibilidade é um cumprimento legal e um item que contribui com a satisfação do usuário com as instalações físicas do judiciário. O Secretário de Engenharia, senhor Wagner Marques afirmou que já para o próximo exercício será possível iniciar a mediação do índice de satisfação com as instalações físicas, mediante a realização de pesquisas de opinião com os usuários das unidades já reformadas, abrangendo tanto os servidores quanto usuários externos. Os dados relacionados a cada unidade judiciária foram apresentados conforme arquivos em *Power point*, parte integrante desta ata. Na sequência foram apresentados os indicadores da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica – APOGE – e da EMES, conforme anexo. Os indicadores da área da Secretaria de Tecnologia da Informação foram apresentados com a devida explicação de que se trata de indicadores próprios, criados por força de determinação do Conselho Nacional de Justiça e acompanhados especificamente pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC. Os indicadores de Tecnologia da Informação compõem como anexo este documento. Finda a apresentação da área administrativa, foram relacionados os dados do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos - NUPEMEC, única área contemplada no Planejamento Estratégico desta instituição. Conforme citados, os indicadores se referem aqueles relacionados com as iniciativas previstas no Planejamento Estratégico e são: 1. Norma Criada 2. Índice de ações relacionadas ao incentivo da realização de pautas temáticas. 3. Índice de promoção de ações voltadas à solução adequada de conflitos. 4. Índice de implantação dos CEJUSCs. 5. Índice de capacitação de mediadores e conciliadores. 6. Índice de parcerias firmadas para apoio as Câmaras de Mediação Extrajudicial. 7. Grau da Reestruturação da Estrutura física, Tecnológica e de Pessoal para funcionamento do NUPEMEC como órgão gestor da Política de Pacificação Social. 8. Índice de ações relacionadas com a atuação de forma pré-processual. 9. Total de ações relacionadas com a com mutirões e campanhas pré-processuais. Destaca-se que não foi possível a aferição dos indicadores, oportunidade em que se observou a necessidade de uma ação revisional nas iniciativas elencadas, de forma que as mesmas viessem a refletir exatamente as ações do NUPEMEC. Os dados estatísticos relacionados com os indicadores Índice de Produtividade Comparada – IPC – Jus, Taxa de Congestionamento, Despesa total da Justiça em relação à Despesa Pública e ainda os dados de cumprimento das Metas 1 e 2 do Conselho Nacional de Justiça foram apresentados, sendo ressaltado pela assessora Rita Almeida que se tratam de dados gerados pelo Núcleo de Processamento e Estatística. Finalizando a reunião foram apresentados os resultados do



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PRESIDÊNCIA
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA.

Núcleo Sócio Ambiental, conforme explanados pela servidora Renata Souza Santos e anexo integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar foi deliberado pelo encerramento da reunião, oportunidade em que foi lavrada a presente ata.